

**Simpósio: Planejamento do território e desigualdades regionais e urbanas: mudanças são possíveis?.**

**MR; Planejamento Regional no Brasil: urbanização, fronteiras e desigualdades (ANPUR)**

**Xityta nẽnãma: Geopolítica dos recursos naturais, planejamento territorial e Neoeextrativismo na Amazônia**

Elder Andrade de Paula<sup>1</sup>

### **Resumo**

Na tentativa de dialogar com o tema proposto nesse Simpósio, optamos por tomar como referência a reterritorialização capitalista desencadeada na Amazônia na virada do Século XX. Os argumentos aqui utilizados estão ancorados em pesquisas orientadas para um estudo comparado da reterritorialização instituída sob os marcos do capitalismo verde na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia<sup>2</sup>. O tipo de planejamento territorial iniciado na década de 1990 resultou do reordenamento da geopolítica de controle dos recursos naturais instituída logo após a derrocada da URSS e a edificação de uma ordem mundial unipolar liderada pelos EUA. Escudado nas convenções mundiais sobre clima e florestas e numa apropriação seletiva da agenda conservacionista internacional, procurou-se padronizar os marcos jurídicos legais e institucionais para a exploração dos recursos naturais em escala planetária. A **implementação** na Amazônia brasileira, via Banco Mundial, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais, financiado pelo Grupo dos 7 –PPG7 expressa com

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais, Professor Associado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre - UFAC

<sup>2</sup> Valemo-nos também dos dados preliminares do Projeto de Pesquisa “Processos de reterritorialização e agenda verde na Pan Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia”, financiado pelo CNPQ, biênio 2013-14, sob nossa coordenação.

nitidez essa nova matriz do planejamento territorial. A sua tradução cartográfica aparece num tipo de “loteamento” do território voltado para compatibilizar os diferentes interesses de capitais privados. Tal loteamento aparece sob a denominação de Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE. Esse planejamento territorial deve ser interpretado como condição imprescindível para as adaptações verdes em curso no capitalismo na virada do século XX. Conforme mostramos em um trabalho recente (Paula, 2013), sob a ideologia do desenvolvimento sustentável logrou-se dissimular de forma magnífica os interesses subjacentes à espoliação praticada na era do capitalismo verde. Entre os argumentos centrais voltados para obtenção de legitimidade em torno dessa reconfiguração territorial e da institucionalidade a ela correspondente, destacamos: a) difusão da ideia de que as mudanças climáticas – apontadas como principal problema do planeta – afetam por igual à população, logo todos estariam interessados no enfrentamento da mesma; b) afiançamento do uso da racionalidade científica como guia fundamental para uma planificação estratégica do uso “sustentável” dos bens naturais; 3) em decorrência dos dois anteriores, e dado que o núcleo mais avançado da ciência se encontra localizado nos ditos “países desenvolvidos”, propõe-se uma “cooperação internacional”, pautada na defesa de uma democracia orientada para a consecução de uma “governança ambiental”; 4) defesa das convenções e tratados internacionais sobre clima e florestas como referência para adaptações no ordenamento jurídico-político interno dos Estados nacionais; 5) centralidade do Mercado como “alternativa” para implementação de práticas produtivas conservacionistas via “parcerias” empresa-comunidades. Estes cinco eixos de argumentação expressam com muita sagacidade a aparente preocupação com o “bem comum”, segundo uma visão reciclada dos liberalismos que envolvem a dimensão mercantil, ambiental, científica e a política, com a aparente sobrevalorização da “sociedade civil”, desde a local até a internacional. Vale lembrar que esse período coincide com o aprofundamento das políticas neoliberais na América Latina, tendo como uma das marcas a erosão da soberania do Estado Nacional na formulação e condução das políticas internas. Nesse novo cenário, agências multilaterais como o Banco Mundial e grandes Organizações Não Governamentais – ONGs ambientalistas internacionais – passam a ser cada vez mais determinantes na condução das adaptações na estrutura agrária e produtiva no sentido de incorporar o

componente ambiental. Esse planejamento territorial passa a ser perturbado a partir do início do Século XXI. As rebeliões populares e indígenas contra a ordem neoliberal resultaram em reconfigurações de blocos de poder e retomada de um papel mais ativo do Estado na condução de políticas e estratégias de desenvolvimento. O aumento das demandas internacionais por matéria-prima (especialmente pela China) concorreu para dar novo impulso ao extrativismo. O equatoriano Alberto Acosta denominou essa nova fase do extrativismo como neoextrativismo, caracterizado entre outros aspectos pela intensificação do extrativismo para fins de exportação de matérias-primas e conformação de um Estado rentista. Por essas e outras razões, a interpretação do Planejamento territorial subordina-se a dimensão geopolítica global do controle dos bens naturais e ao contexto específico de intensificação da exploração extrativista no Brasil e América do Sul. Em outras palavras, estamos querendo dizer que existem duas escalas de referência fundamentais que podem se complementar ou colidir em determinadas situações, como bem revela a implementação do PAC-IIRSA no Brasil e seus programas congêneres nos países vizinhos. O complexo do rio Madeira (que afeta também território boliviano e peruano), as hidrelétricas de Belo Monte, Teles Pires e Tapajós constituem-se exemplos mais emblemáticos dessa ordem de conflitos e tensões. Localizada nessa perspectiva macro, não vislumbramos possibilidades de enfrentamento e equacionamento das desigualdades sociais no modelo de desenvolvimento capitalista em curso também no Brasil. O processo de reterritorialização engendrado pelo capital tende a aprofundar as desigualdades sociais e regionais. Por essa e outras razões, longe de alargar os limites da participação política condicionados pela democracia liberal, tende a intensificar o uso do Estado de Exceção como bem mostrou Agamben. Toda a ordem de transgressões constitucionais que consubstancia as obras do PAC-IIRSA, insere-se nessa lógica. Por isso **Xityta nẽnãma**, que na língua Pupykary Sãkyri (língua Apurinã) significa **a terra está em guerra**.

### **Referencias Bibliográficas**

ACOSTA, Alberto Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. [http://www.ecoportal.net/Temas Especiales/Mineria/Extractivismo y neoextractivismo dos caras de la misma maldicion](http://www.ecoportal.net/Temas_Especiales/Mineria/Extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion)

**BORON, Atilio. América Latina em la Geopolítica del Imperialismo. Buenos Aires. Luxemburg. 2013**

BRUCKMANN, Monica. Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana. Ediciones de la Presidencia de la República. Caracas – Venezuela. 2013.

CECEÑA, Ana Esther. El águila despliega sus alas de nuevo: un continente bajo amenaza. Quito: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica / Fedaeaps. 2009

HAESBAERT, Rogério; O Mito da Desterritorialização: do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2006

FERREIRA, Ana Patrícia (Org). Dicionário Apurinã Português. S. Leopoldo: Oikos, 2014.

HARVEY, David; O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo. ED. Boitempo. 2011

\_\_\_\_\_ O Novo Imperialismo. São Paulo. Ed. Loyola. 2004

HIRSCH, Joachim; Políticas Ambientais Globais: o caso da biodiversidade. Caderno CCRH. Salvador. N 35 p. 107-122 Jul/dez 2001

PAULA, Elder A. Capitalismo verde e transgressões Amazônia no espelho de Caliban. Dourados\_MS. Ed UFGD. 2013

PIQUET, Rosélia & RIBEIRO Ana C. **TEMPOS, IDÉIAS E LUGARES O Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil.** R. B. Estudos Urbanos e Regionais V. 10, N. 1 / MAIO 2008

RIBEIRO, Silvia. Los verdaderos colores de la economía verde. Disponível em: [http://www.ecoportal.net/Temas\\_Especiales/Economia/Los\\_verdaderos\\_colores\\_de\\_la\\_economia\\_verde](http://www.ecoportal.net/Temas_Especiales/Economia/Los_verdaderos_colores_de_la_economia_verde), acesso maio de 2012.